



## **Apresentação do Dossiê “Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil”**

**Carlos Alberto Máximo Pimenta<sup>1</sup>**

**Cecília Pescatore Alves<sup>2</sup>**

**Régis De Toledo Souza<sup>3</sup>**

**André Luiz Da Silva<sup>4</sup>**

Este é um número especial da *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, denominado Dossiê “*Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil*”. É o resultado do esforço realizado pelo Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, ao qual a Revista se vincula, em ampliar seus espaços de interlocução e de trocas de experiências científicas com outros grupos, núcleos, programas e instituições de pesquisa.

Dentro desse escopo, coube ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas – NIPPC, que desde 1998 investiga o tema políticas públicas, a responsabilidade de reunir um conjunto de textos sobre as questões presentes nas demandas das regiões em desenvolvimento no País. Procurou-se, ao realizar essa tarefa, respeitar os limites, as preocupações, os critérios e as perspectivas da Revista.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP; professor de Sociologia na UNITAU, Taubaté, SP, Brasil; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea. Rua Alice Reynaldo Brandão, 357, Jardim Califórnia, Taubaté/SP. CEP 12062-150. E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP; professora de Psicologia Social na UNITAU, Taubaté, SP, Brasil; pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

<sup>3</sup> Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP; professor de Psicologia Social na UNITAU, Taubaté, SP, Brasil; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

<sup>4</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP; professor de Sociologia na UNITAU, Taubaté, SP, Brasil; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

Os artigos publicados neste número compreendem o desenvolvimento regional como eixo temático do debate sobre políticas públicas. Apresentam caráter multidisciplinar, este circunscrito aos diálogos conceitual, teórico e metodológico entre os campos do conhecimento sociológico, político, antropológico, psicológico, histórico, administrativo e de gestão da coisa pública.

Dentre os nove artigos que compõem esta edição, o papel atribuído aos Conselhos de Desenvolvimento Territorial, nos atuais processos de conformação de territórios rurais criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e centrados nos conceitos de participação, representação e território constitui tema de estudo de Doris Sayago, no texto “*Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação*”.

Leandro Roberto Neves, focaliza o conceito de *produção das trincheiras espaciais simbólicas* e coloca em evidência o antagonismo de interesses entre as políticas públicas habitacionais e as populações assistidas. Parte, como estudo de caso, do entendimento das estratégias utilizadas pelas populações usuárias e entorno, na tentativa de superação da condição de moradores de conjunto habitacional em “lugares de risco”. Parte, também, das estratégias da administração pública, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), tendo como exemplo a realidade apresentada no município de Taubaté, para sanar o déficit e inadequação habitacional.

Elisa Maria de A. Brisola, Leonardo Bargallo e Maria Regina Namura, analisando o que chamaram de tensões entre “modernidade” e “modernização”, enfatizam a necessidade de constituição de um campo de assistência social Brasil, que venha a superar as práticas assistencialistas até então determinantes, com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. Os autores apontam para um reordenamento institucional da assistência social, cabendo ao Estado, exclusivamente, a condução das ações na organização e monitoramento dos serviços de assistência no País.

No artigo “*desenvolvimento regional e proteção social: dilemas da reforma previdenciária latino-americana*”, o autor avalia o impacto socioeconômico das reformas estruturais que foram apresentadas como políticas imprescindíveis ao ajuste fiscal dos sistemas previdenciários latino-americanos, nas últimas duas décadas do século passado, sempre com foco no desenvolvimento regional e no dilema da proteção social.

Refletindo sobre a relação “cidadania e políticas públicas”, a pesquisadora Giseli Paim Costa, tendo referência de análise um estudo de caso realizado com os moradores e trabalhadores de unidades de reciclagem de lixo do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, trata do tema cidadania. Para a autora, consideradas como propostas de organização coletiva, as políticas públicas permitem que os envolvidos se transformem em atores sociais, por intermédio de ações que lhes dêem condições do exercício da cidadania, de emancipação e de qualidade de vida.

Os autores Isabel Cristina dos Santos e Márcio da Silveira Luz, da perspectiva da administração, ao escreverem o texto “*implantação da política para take-off tecnológico e algumas considerações sobre o desenvolvimento nacional*”, expõem a preocupação com a relação desenvolvimento tecnológico e investimento em pesquisa de produção de novos conhecimentos. Propõem uma discussão sobre a necessidade de uma política de inovação tecnológica, esta compreendida no campo aplicado à conveniência da engenharia reversa ou inversa na aprendizagem de novas tecnologias, e destacam o valor estratégico dos incentivos governamentais e de agências de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nacional para essas atividades de engenharia.

Do ponto de vista da História Econômica, sob a temática intitulada “*um século de benefícios fiscais: políticas públicas de atração de investimentos e desenvolvimento dependente no vale do Paraíba paulista*”, Fábio Ricci demonstra como ocorreram as políticas de incentivos à implantação de indústrias nos municípios de Jacareí, São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, desde o início do séc. XX. Argumenta que tratou de um processo de poucos critérios, simplesmente pensado com uma alternativa industrial à solução do problema do emprego e que não garantiu (ou garante) o chamando desenvolvimento sustentável. Essa questão, segundo o autor, ganha maior complexidade frente as atuais tendências promovidas no campo político-econômico, com inferência ao vale do Paraíba paulista.

Na seqüência, ao pesquisarem sobre o modo de inserção do homem no território rural-urbano e o modo como ele constrói suas relações, os autores consideram, no artigo “*políticas públicas e socioambiental: uma atuação no território de Campos Novos de Cunha*”, o aspecto socioambiental na consolidação de políticas públicas, ao estudar a comunidade rural de Campos Novos de Cunha, no vale do Paraíba paulista. Em síntese, aponta a penetração do modelo

de vida urbana em território rural, o que significa, para o morador de zonas rurais, uma imposição de adequação à lógica do urbano.

No último texto, os autores Cecilia Pescatore Alves, Régis de Toledo Souza, André Luiz da Silva e Carlos Alberto Máximo Pimenta promovem um debate sobre os pressupostos teóricos-metodológicos para a constituição de políticas públicas culturais e educacionais, colocando em evidência ações que gerem cidadania e elevem o ator social à condição de sujeito.

No conjunto, salienta-se que os textos reúnem possibilidade de ampliação e adensamento ao debate científico sobre *desenvolvimento*, o que permite observar respostas críticas aos entraves apresentados pelas políticas públicas na consolidação de tecnologias sociais e regionais que ampliem direitos e respondam às conseqüências geradas pelo novo sistema produtivo.